

CARTA FINAL

I FÓRUM SOCIAL EM DEFESA DA VIDA EM ALAGOAS

INTRODUÇÃO

No dia 18 de Junho, a sociedade alagoana foi surpreendida pelas enchentes que golpearam milhares de cidadãos residentes em cidades ribeirinhas. Diante de tal realidade, a UFAL e muitas outras entidades da sociedade, vêm fazendo intervenções pontuais, seja no campo da Saúde Mental, da Assistência e da Vigilância em Saúde, nas áreas de Engenharia e Arquitetura, dentre outras, no intuito de promover ações com o objetivo de colaborar com as comunidades desalojadas, desabrigadas, e com todos(as) os(as) moradores que direta ou indiretamente sofreram o trauma de perderem suas referências existenciais.

Nessas situações dramáticas, sabemos que com o passar do tempo e o distanciamento temporal do desastre, a tendência é que as pessoas atingidas sejam esquecidas. No caso de Alagoas, passado o momento inicial de comoção geral, onde efetivamente a sociedade demonstrou sua capacidade de ser solidária, pode-se perceber que já há uma tendência de alguns setores de diminuir o ritmo de envolvimento com a execução de atividades de apoio.

A gravidade desta conjuntura levou a UFAL e outras entidades organizadas da sociedade alagoana (listadas abaixo), a criar um espaço de diálogo para que os moradores das comunidades atingidas pudessem expressar suas demandas, medos, inquietações, desejos, etc.

Com este objetivo foi realizado o **1º Fórum Social em Defesa da Vida/AL, no dia 11/09, na Universidade Federal de Alagoas**, onde facilitamos a oportunidade da fala e expressão àqueles que estão vivenciando as conseqüências das enchentes. Dessa forma a sociedade organizada pode contribuir na construção de ações conjuntas, fortalecendo as lideranças comunitárias para que as mesmas pudessem exercer o protagonismo do controle social neste processo de reconstrução das cidades e de suas vidas.

Esse foi o primeiro de muitos outros encontros que pretendemos realizar e, foi através desta escuta ativa e do diálogo estabelecido, que este documento foi elaborado. É do entendimento de todas as entidades que firmam este documento, que o mesmo possibilitará a ordenação das demandas elencadas pelas comunidades e a visualização das ações que as mesmas mais desejam e necessitam.

Listagem das entidades envolvidas neste processo de mobilização

Conselho Estadual de Saúde

Conselho Estadual dos Direitos Humanos – CEDH

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA

Conselho Regional de Medicina - CREMAL

Conselho Regional de Psicologia - CRP

Coordenação de Saúde Mental de Alagoas

Laboratório de Educação Popular em Saúde (LEPS) / NUSP/ UFAL

Médicos sem Fronteiras - MSF

Pastoral da Criança

Serviço Social do Comércio - SESC

Sociedade Alagoana de Pediatria – SAP

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

MARCO SITUACIONAL

Sobre o que as comunidades atingidas esperam dos gestores locais:

De uma forma geral cobra-se que os gestores estejam mais presentes, buscando conhecer as prioridades das comunidades atingidas, cumprindo com suas responsabilidades políticas de garantia dos direitos básicos dessas populações, assim demonstrando respeito ao gerir suas ações com transparência.

As comunidades participantes do Fórum desejam gestores que estejam implicados, de fato, com as questões emergentes e assumam o compromisso com as ações e propostas demandadas pela especificidade de cada município diante da calamidade. As comunidades também esperam fazer parte do processo de reconstrução através de plebiscito (ou audiência pública), oportunizando a comunicação e maior participação da população, nas discussões, mantendo as comunidades informadas sobre as etapas dos projetos, e denominando os responsáveis por cada uma delas.

Os representantes das comunidades enfatizaram a esperança de que os gestores eleitos nessa próxima eleição não interrompam os módulos assistenciais já existentes.

A imparcialidade e coerência foram citadas como características necessárias para a democratização das ações. Foi frisado em diversos discursos durante o Fórum, que o mais esperado são gestores que não coíbam a expressão de suas demandas, a participação popular nos aparelhos do controle social e que não fomentem o medo da população como estratégia de politicagem em defesa de seus interesses.

Sobre a participação e as proposições das comunidades no processo de decisão das ações para o enfrentamento dos problemas ocasionados pelas enchentes, foi constatado que:

1. Em geral as comunidades estão descrentes em função do não cumprimento dos compromissos assumidos pela gestão dos municípios; Outros nem sequer tiveram a oportunidade de fala;
2. No primeiro momento só os desabrigados de Branquinha e Muquém disseram que foram ouvidos, não se repetindo essa afirmação nos outros municípios;

3. Não há espaços de comunicação, apesar das reivindicações e também não houve acolhimento das propostas das comunidades;
4. Não existe efetividade para execução das propostas sugeridas pela comunidade;
5. As reuniões do Conselho Municipal de Saúde não estão acontecendo e as comunidades não se sentem devidamente representadas;
6. As pessoas atingidas pelas enchentes não estão integrando e participando dos Comitês de Crise e/ou dos Conselhos de Saúde e Tutelares;
7. O provimento da Alimentação está deficiente (“demora a chegar” – pessoas saem para trabalhar de madrugada, “chega com sabor azedo”, “não vem mistura” – “falta carne”, “distribuição de forma não eqüitativa e algumas com o prazo de validade vencida”);
8. A água não é suficiente para todos e é insalubre para consumo (principalmente em Murici);
9. Existe a necessidade de se formar associações comunitárias para poderem participar das tomadas de decisões;
10. Existe a preocupação das comunidades com o bem estar e a assistência das gestantes (devido ao fato de dormirem em colchonetes finos e no chão);
11. População tem medo de falar, por pressão política (medo de represálias);

Propostas decididas pelas comunidades no Fórum:

1. Promoção de plebiscito (ou audiência pública) para saber onde serão construídas as novas cidades que foram destruídas (mediante avaliação técnica competente);
2. Realizar a capacitação de controle social para as lideranças das comunidades incluindo os atuais conselheiros, levando-se em consideração a autonomia das comunidades nas tomadas das decisões;
3. Implantar/Implementar o Comitê de Crise das Enchentes com pessoas atingidas e com os representantes das áreas (educação, saúde, infra estrutura, assistência social), privilegiando espaços de escuta e de informação, também com a presença do Ministério Público (MP);

4. Informar o papel do MP para as populações e fomentar nos municípios a atuação e participação do mesmo, ampliando os espaços de diálogo e escuta das comunidades atingidas;
5. Distribuir os donativos de forma imparcial para todas as comunidades atingidas, evitando os conflitos de interesse e promovendo o princípio de justiça;
6. Garantir que no remanejamento das comunidades para as barracas e casas, sejam respeitadas as questões culturais e geográficas, priorizando a permanência das comunidades em locais comuns;
7. Providenciar a desapropriação das terras imediatamente até Dezembro de 2010 (data máxima para utilização das verbas emergenciais), e se for comprovada a negligência da gestão, que seja prorrogada a data através do MP;
8. Evitar exclusão e separação social durante o processo de reconstrução dos municípios (ou seja, bairros dos privilegiados x dos excluídos);
9. Implantar / implementar / capacitar a Defesa Civil em cada Município Alagoano como uma forma de prevenção para novos processos que porventura venham acontecer;
10. Priorizar ações de atenção integral à criança (ECA), saúde, educação e ação social;
11. Garantir a participação da sociedade na definição das verbas públicas; e que o estado garanta o espaço para a escuta e esclarecimento da população sobre como está sendo empregado o dinheiro público;
12. Realização do Fórum em cada município com participação das instituições locais, dos conselhos de direitos e da população;
13. Investigar em caráter de urgência os casos de nepotismo nos municípios atingidos pelas enchentes, onde os filhos, esposas e irmãos dos prefeitos são secretários de finanças, educação, saúde e assistência social;
14. Informar urgentemente sobre as decisões tomadas até o momento pela gestão, para os desabrigados e desalojados;
15. Articular os Projetos Sociais (como o Bem Vindo Bebê) para uma ação descentralizadora nos municípios com as secretarias de saúde, parcerias locais e Universidades;

16. Garantir a Atenção Primária à Saúde nos municípios atingidos, objetivando a integralidade das ações, articulada com os PSF's (através do NASF e outras estratégias);
17. Providenciar e garantir atendimento médico, água de qualidade, alimentação, ações de saneamento básico para o acesso à água,
18. Construção e aumento dos números de banheiros e lavanderias comunitárias em quantidade suficiente para atender ao número de famílias;
19. Construção imediata da cozinha comunitária com livre acesso aos moradores;
20. Instalação elétrica segura para as barracas;
21. Garantir que os profissionais de nível superior da saúde (médicos, psicólogos, dentistas, enfermeiras, assistentes sociais, nutricionistas) visitem os abrigos e as barracas, e não somente os agentes comunitários de saúde;
22. Priorizar as pessoas com maior vulnerabilidade social;
23. Lista de demandas específicas apenas da Comunidade de Muquém:
 - a. De que a comunidade de Muquém não seja separada, pois pertence ao Município de União dos Palmares;
 - b. Providenciar a certificação da comunidade.
 - c. Identificar quem é responsável para fazer as desapropriações das terras onde serão construídas as casas;
 - d. Providenciar a execução dos projetos (FUNASA e IPHAN) imediatamente a partir da desapropriação;
 - e. Promover a integração da Secretaria de Assistência Social do Município com a comunidade;